

D. R. Finanças
Paulo
Ribeiro
Costa
Braga

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE FONTE BOA

Anexo

às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de
2017

J. Ribeiro
jose
Ribeiro
Bast
M.R.D.

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação.....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	7
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	7
6	Inventários.....	8
7	Rébito.....	8
8	Benefícios dos empregados.....	8
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	9
10	Outras Informações.....	9
10.1	Caixa e Depósitos Bancários.....	9
10.2	Fundos Patrimoniais.....	10
10.3	Fornecedores.....	10
10.4	Estado e Outros Entes Públicos.....	10
10.5	Outras Contas a Pagar	11
10.6	Subsídios, doações e legados à exploração	11
10.7	Fornecimentos e serviços externos.....	11
10.8	Outros rendimentos e ganhos.....	12



1 Identificação da Entidade

A "CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE FONTE BOA" é uma instituição em fin lucrativo, com sede em AVENIDA DA IGREJA, n.º 14, na freguesia de Fonte Boa e concelho de Esposende, constituída sob a forma de "ASSOCIAÇÃO". Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro e o regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, com a qual foram registados definitivamente os estatutos, a instituição adquiriu personalidade jurídica mediante a participação efetuada pela autoridade eclesiástica competente, nos termos do art.º 45 do estatuto citado, e recebida em 28 de Junho de 1995 no ex-Serviço Sub-Regional de Braga. O registo foi lavrado pela inscrição n.º 02/04, fl. 111 do livro n.º 6 das fundações de solidariedade social e considerou-se efetuado em 25 de Fevereiro de 2003, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do regulamento acima citado. Esta declaração de publicação definitiva dos estatutos foi feita no Diário da República n.º 86 de 12 de Abril de 2004, Série III. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, cooperando com os serviços públicos competentes ou com as instituições particulares, num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NORF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NORF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NORF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/ Plano de Contas das Associações Mutualistas/ Plano Oficial de Contas para Federações

P. Ribeiro
J. M. Valente
R. Boite
M. Tavares

Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivamente na rubrica “Devedores” por acrecimo e “Diferimento”

3.1.2 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.3 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para



P. P. Faria
Faria
Ribeiro
Ribeiro
Costa
Costa

justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.4 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.5 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

O Ativo Fixo Tangível encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais



As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros Ativos fixos tangíveis	8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que ~~le encontra el pelhada na Demonstração do Resultado na rubrica Outro rendimento operacional~~ ~~bu “Outro gasto operacional”~~

3.2.2 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/ beneméritos/ patrocionadores/ doadores/ associados/ membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocionadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

O "Cliente e a Outra conta a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depóitobancário” inclui caixa e depóitobancário de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

A dívida registrada tem “Fornecedor” e “Outra conta a pagar” contabilizada pelo seu valor nominal.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Ousto						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	9.948,35					9.948,35
Equipamento básico	19.431,84					19.431,84
Equipamento de transporte	51.790,65					51.790,65
Equipamento administrativo	11.426,50					11.426,50
Outros Ativos fixos tangíveis	5.785,81					5.785,81
Total	98.383,15	0,00	0,00	0,00	0,00	98.383,15
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2.218,61	198,97				2.417,58
Equipamento básico	18.996,88	217,75				19.214,63
Equipamento de transporte	51.790,65					51.790,65
Equipamento administrativo	10.199,29	665,98				10.865,27
Outros Ativos fixos tangíveis	5.560,66	99,96				5.660,62
Total	88.766,09	1.182,66	0,00	0,00	0,00	89.948,75

P. J. F. L. Vaz
Ribeiro
Anotado
Posto
P. J. F. L. Vaz

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventário” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	649,49	23.302,59	0,00	721,72	17.874,95	0,00	580,15
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	649,49	23.302,59	0,00	721,72	17.874,95	0,00	580,15
				18.016,52			0,00
							0,00
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

7 Réido

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réidos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	48.155,82	49.453,48
Quotas e jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocionadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	48.155,82	49.453,48

8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram, 5 para a Direção e de 3 para o Conselho Fiscal.

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer remuneração.

D. Afonso
francisco
Ribeiro
Ribeiro
Ribeiro
Ribeiro
Ribeiro

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 6 e em 31/12/2016 foi de 7.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Orgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	57.823,35	69.058,78
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	10.096,68	11.975,29
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	512,13	742,86
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	220,00	76,00
Total	68.652,16	81.852,93

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários” a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	1.369,66	3.891,87
Depósitos à ordem	27.733,05	18.959,57
Depósitos a prazo		
Outros		
Total	29.102,71	22.851,44

Própria
 propriedade
 Pato
 Posto
 Vila

10.2 Fundos Patrimoniais

No Fundo Patrimonial ocorreram a seguinte variação:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	43.184,52	0,00	0,00	43.184,52
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-28.286,01	310,31	0,00	-27.975,70
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	9.463,01	0,00	0,00	9.463,01
Total	24.361,52	310,31	0,00	24.671,83

10.3 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	1.259,72	1.356,32
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	1.259,72	1.356,32

10.4 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" é dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	201,00	49,00
Segurança Social	2.153,47	1.442,72
Outros Impostos e Taxas	10,22	10,22
Total	2.364,69	1.501,94



P. R. P. A. P. A.
J. M. D. P. A.
D. O. S. C.
M. I. R. O. 2

10.5 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” descreve-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		1,04		1,04
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		8.203,38		10.349,44
Outros credores		0,00		434,44
Total	0,00	8.204,42	0,00	10.785,12

10.6 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	45.059,50	60.407,75
Subsídios de outras entidades	5.006,58	7.066,51
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	50.066,08	67.474,26

10.7 Fornecimentos e serviços externos

A repartição do Fornecimento e serviço externo no período findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	5.225,29	6.797,23
Materiais	1.519,59	2.076,55
Energia e fluidos	2.726,43	2.687,45
Deslocações, estadas e transportes	1.100,96	550,00
Serviços diversos	4.406,98	3.185,34
Total	14.979,25	14.489,30



10.8 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outro rendimento e ganho" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	250,00	1.975,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	9.091,05	9.442,54
Total	9.341,05	11.417,54

10.9 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

FONTE BOA, 28 de março de 2018

O Responsável da Contabilidade

Eduardo M. S. M.

A Direção

D. José Jorge Almeida
José Joaquim da Costa
Rosete Sá Lopes
Amélia Alves Costa
Bia Rosa P. Escriúnares Costa



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE FONTE BOA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 506608000

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		48.155,82	49.453,48
Subsídios, doações e legados à exploração		50.066,08	67.474,26
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		18.016,52	23.230,36
Fornecimentos e serviços externos		14.979,25	21.617,06
Gastos com o pessoal		68.652,16	81.852,93
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		9.341,05	11.417,54
Outros gastos e perdas		964,21	152,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		4.950,81	1.492,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		1.182,66	1.182,12
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.768,15	310,31
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		3.768,15	310,31
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		3.768,15	310,31

D. José Lopes
José Lopes
Rosete Sá Lopes
Dra Rosa S. Sá Lopes Costa
Amélia Alves Costa.

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE FONTE BOA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 506608000
 Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		8.434,40	9.617,06
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		281,32	248,34
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		8.715,72	9.865,40
Activo corrente			
Inventários		580,15	721,72
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber		900,02	4.111,30
Diferimentos		970,21	765,35
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		29.102,71	22.851,44
		31.553,09	28.449,81
		40.268,81	38.315,21
Total do activo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		43.184,52	43.184,52
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-27.975,70	-28.286,01
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		9.463,01	9.463,01
		24.671,83	24.361,52
Resultado líquido do período		3.768,15	310,31
Total do fundo de capital		28.439,98	24.671,83
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		1.259,72	1.356,32
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		2.364,69	1.501,94
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		8.204,42	10.785,12
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		11.828,83	13.643,38
Total do passivo		11.828,83	13.643,38
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		40.268,81	38.315,21

A Direcção

*Rui Jorge Lira
 José Francisco
 Rosete Sá Lopes*

O responsável

Debra Lins

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador

*Dra. Rosa Frederica Costa
 Amélia Alves Costa*